



EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.022.221/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO		
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.950	12.219	Fornecedores	15	7.980
Disponibilidade da rede elétrica	7	5.636	1.884	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	510
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	2	257	Outros tributos a recolher	8	293
Outros tributos compensáveis	8	104	91	Empréstimos e financiamentos	16	8.824
Ativos da concessão	12	37.969	29.614	Provisões	17	3.449
Outros créditos	13	278	235	Parcela de Ajuste	14	5.563
Total do Ativo Circulante		48.939	44.300	Outras contas a pagar	13	705
Não circulante				Total do Passivo Circulante		27.324
Cauções e depósitos vinculados	11	8.993	8.157	Não circulante		
Ativos da concessão	12	335.815	254.777	PIS e COFINS diferidos	9	13.643
Outros créditos	13	2	2	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	9	11.513
		344.810	262.936	Empréstimos e financiamentos	16	7.741
Imobilizado		129	55	Adiantamento para futuro aumento de capital	10.1	32.000
Intangível		725		Provisões	17	690
		854	55	Outras contas a pagar	13	924
Total do Ativo Não circulante		345.664	262.991	Total do Passivo Não circulante		58.770
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
				Capital social	18.1	310.755
				Prejuízos acumulados		(2.246)
				Total do Patrimônio líquido		308.509
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		394.603
TOTAL DO ATIVO		394.603	307.291			307.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2022	2021
Receitas	19	117.326	168.104
Custo	20		
Custo de operação		(4.323)	(1.521)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(84.844)	(151.002)
		(89.167)	(152.523)
Lucro bruto		28.159	15.581
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(2.222)	(1.276)
Outras despesas e receitas operacionais		(13)	1.480
		(2.235)	204
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		25.924	15.785
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		1.103	423
Despesas financeiras		(1.043)	(779)
		60	(356)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		25.984	15.429
Tributos sobre o lucro	23		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.207)	(515)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.754)	(19.045)
		(3.961)	(19.560)
Resultado líquido do exercício		22.023	(4.131)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24		
Resultado básico por ação (reais/ações)		0,29364	(0,05508)
ON		0,29364	(0,05508)
Resultado diluído por ação (reais/ações)		0,29364	(0,05508)
ON		0,29364	(0,05508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2022	2021
Geração do valor adicionado	122.258	168.616
Receita operacional	21.957	30.708
Receita de Construção	57.024	113.233
Atualização dos Ativos da concessão	43.192	23.278
Outras Receitas	85	1.397
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(88.456)	(152.536)
Materiais	(129)	(114)
Serviços de terceiros	(2.818)	(1.296)
Custo com construção da infraestrutura	(84.844)	(151.002)
Outros custos operacionais	(665)	(124)
Valor adicionado bruto	33.802	16.080
Retenções		
Depreciações e amortizações	36	(75)
Valor adicionado líquido produzido	33.838	16.005
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.410	865
Valor adicionado total a distribuir	35.248	16.870
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	1.928	850
Benefícios	352	83
FGTS	884	69
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.368	18.843
Estaduais	175	17
Municipais		5
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.386	1.099
Aluguéis	132	35
	13.225	21.001
Lucro retido/ Prejuízo do exercício	22.023	(4.131)
	35.248	16.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
A EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada na cidade de São Paulo no estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia é controlada integral da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading). Em 05 de julho de 2022, a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final. Com a conclusão da entrada em operação, a Companhia passa a receber RAP de R\$51,4 milhões.
- Concessão**
A Companhia arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão nº 13/2015, ocorrido em 13 de abril de 2016, por meio do processo nº 48500.003580/2015-77 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha localizada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 18/2016 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
142 km	Serviço Público Concessão	SC/RS		3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.
2.1 Receita anual permitida - RAP
O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, de R\$40,085 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.
A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.
Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Nota 5.2), foi estabelecida à RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$60,781.
2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Licenças ambientais**
A Companhia apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Trecho	Descrição da Linha	Órgão Licenciador	Processo	Licenças (I)
	SE Tubarão Sul - 230/138/69 kV		DIV/22007/CTB IMA - Tubarão	LI nº 6710/2018 de 08/08/2018, válida até 08/08/2021
Norte	LT 230 kV Jorge Lacerda - Tubarão Sul e LT 230 kV Tubarão Sul - Siderópolis (Seccionamento 230 kV)	IMA-SC	DIV/22011/CTB IMA - Tubarão	LI nº 1562/2018 de 02/10/2018, válida até 02/10/2021
	LD 69 kV Tubarão - Sangão Seccionamento 69 kV		DIV/23241/CTB	LI nº 2826/2020 de 18/05/2020, válida até 18/05/2021
	Módulo de Conexão na SE Forquilha em		Protocolo 1974, licenciamento municipal	LO nº 34/2022, de 07/01/2022 válida até 07/01/2026
	LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilha	IBAMA-DF	02001.000467/2017-21	LI nº 1290/2019 - 1ª Retificação, de 26/10/2020 válida até 26/10/2024
Sul	Subestação 230/69 kV Torres 2		4945-05.67 / 20.9	LPI nº 242/2020 de 02/12/2020, válida até 03/12/2025
	LT 230 kV SE Atlântida 2 - SE Torres 2 + Módulo de Conexão na SE Atlântida 2	FEPAM-RS	8990-05.67 / 20.3	LI nº 0004/2021 de 05/01/2021 válida até 05/01/2026

(I) Siglas e suas definições: LP - Licença Prévia, LI - Licença de Instalação, LAP - Licença Ambiental Prévia, LAI - Licença Ambiental de Instalação, LPI - Licença Prévia de Instalação, LO - Licença de Operação.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2022	2021
Resultado líquido do exercício	22.023	(4.131)
Resultado abrangente do exercício	22.023	(4.131)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		25.984	15.429
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		(322)	
Remuneração dos Ativos da concessão		(50.117)	(64.872)
Margem na construção		30.224	56.269
Depreciações e amortizações		64	319
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		359	339
Outros		564	(82)
		6.756	7.402
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da Rede Elétrica		15.176	(1.505)
Cauções e depósitos vinculados		(179)	(7.306)
Outros ativos operacionais		(238)	102
		14.759	(8.709)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(32.624)	(26.714)
Outros tributos a recolher		(255)	180
Encargos Setoriais		16	49
Provisões		(2.043)	(1.909)
Outros passivos operacionais		4.692	2.033
		(30.214)	(26.361)
Caixa aplicados nas atividades operacionais		(8.699)	(27.668)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(803)	(168)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais		(9.502)	(27.836)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(78.925)	(137.348)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(725)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(79.650)	(137.348)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		32.000	133.000
Aumento de capital social		50.000	40.000
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(117)	(244)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		81.883	172.756
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	26.1	(7.269)	7.572
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.950	12.219
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.219	4.647
		(7.269)	7.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75.000	(20.138)	54.862
Aumento de capital conforme AGE de 30/04/2021	52.755		52.755
Prejuízo do exercício		(4.131)	(4.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.755	(24.269)	103.486
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.755	(24.269)	103.486
Aumento de capital conforme AGE de 29/04/2022	183.000		183.000
Lucro líquido do exercício		22.023	22.023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	310.755	(2.246)	308.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

No exercício de 2022, os gastos ambientais totalizaram R\$1.593 (R\$12.764 em 2021).

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 25.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 9); Ativos da concessão (Nota 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos			3		
Ressarcimento de custos - CDE/ RGR		145	17		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas					2
Despesas pagas antecipadamente		133	214	2	
Outros			1		
Total		278	235	2	2
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			197	761
Arrendamentos e alugueis			20	98	114
Obrigações sociais e trabalhistas	13.1	558	575		
Outros		127	118	613	412
Total		705	791	924	1.173

13.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

14 Parcela de Ajuste

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$5.563 (R\$580 em 31 de dezembro de 2021), refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 5.2).

15 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
Matérias e serviços		7.980	35.354
Total		7.980	35.354

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.980 (R\$35.354 em 31 de dezembro de 2021) é composto principalmente por fornecedores da obra de construção da linha de transmissão, e apresentou redução devido a entrada em operação comercial da linha.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Em 30 de janeiro de 2021 a Companhia realizou a captação de contrato mútuo com a EDP Trading, no valor de R\$200.000, com o vencimento em 03 de dezembro de 2023. Até 31 de dezembro de 2021 foram liberados R\$7.000. O custo da emissão foi de 100,3% do CDI e o pagamento de juros e principal será realizado em uma única parcela no final do contrato.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Vigência do contrato	31/12/2022			31/12/2021		
				Encargos Circulante	Principal Circulante	Total Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Não Circulante	Total Não Circulante
Moeda nacional									
EDP - Trading	Contratos de Mútuo	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	30/01/2020 a 03/12/2023	1.824	7.000	8.824	741	7.000	7.741
				1.824	7.000	8.824	741	7.000	7.741

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Nota	Juros		Valor líquido em 31/12/2022
		provisionados	Transferência	
Circulante				
Principal		-	7.000	7.000
Juros		-	1.714	1.824
		-	110	8.824
Não circulante				
Principal		7.000	(7.000)	-
Juros		741	(1.714)	-
		7.741	(8.714)	-

17 Provisões

	Nota	Passivo	
		Circulante	Não circulante
Provisões cíveis	17.1		690
Licenças ambientais	17.2	3.449	4.685
Total		3.449	690

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revisadas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo		Ativo	
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Atualização monetária	Depósito judicial
Cíveis	17.1.1.1	436	585	117	689
Outros		1		1	497
Total Não circulante		436	585	117	690

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Passivo	
		Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária
Trabalhistas		503	389
Fiscais	17.1.2.1	389	351
Total		892	351

17.1.2.1 Fiscais

Ações judiciais em face de alguns municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, objetivando a não incidência do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis), envolvendo o montante de R\$389 em 31 de dezembro de 2022 (R\$351 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento dos processos.

17.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$8.495 (R\$5.039 em 31 de dezembro de 2021). O aumento dos depósitos ocorreu devido a processos possessórios, onde fez-se necessário o depósito judicial de casos atrelados a ativos.

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças, permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia, conforme detalhados nas Licenças ambientais (Nota 3).

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Nota	Passivo	
		Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária
Licenças ambientais		4.685	112
Circulante		4.685	247
Total		4.685	247

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente subscrito e integralizado é de R\$310.755 (R\$127.555 parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2021). O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é composto de 75.000 ações ordinárias, no valor nominal R\$1 cada uma e integralmente detidas pela EDP Trading.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 29 de abril de 2022, deliberou aumento de capital social no montante de R\$183.000, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas, integralizadas totalmente pela acionista controladora EDP Trading.

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de -23,72%, sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referência margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando atraso na entrada em operação comercial face o prazo regulatório. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 218% (218% em 31 de dezembro de 2021).

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo O&M.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 13,65% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2022	2021
Receita de construção	12 e 19.1	57.024	113.233
Remuneração dos Ativos da concessão		12	43.192
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		14.450	10.427
Parcela Variável - IPCA	5.2	7.507	20.281
Receita operacional bruta		122.173	167.219
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita PIS/COFINS		(4.485)	988
		(4.485)	988
Encargos do consumidor			
P&D		(324)	(103)
Outros encargos		(38)	(8)
		(362)	(103)
		(4.847)	885
Receitas		117.326	168.104

19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2022, de 16,8% do investimento previsto no projeto (43,5% em 2021), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 97,9% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2022	2021
Terrenos		1.415	11.023
Edificações, obras civis e benfeitorias		17.677	35.782
Máquinas e equipamentos		53.243	102.895
Móveis e utensílios		102	106
Gastos ambientais	17.2	203	(7.900)
Outros		12.204	9.096
	12	84.844	151.002

20.2 Custo de operação

	Nota	2022	2021
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	2.115	917
Material		24	36
Serviços de terceiros	21.2	1.907	521
Arrendamentos e alugueis			27
Outras			47
Total		4.323	1.521

21 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022				2021			
		De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.1	2.115	737	2.852	917	288		1.205	
Material		24	105	129	36	78		114	
Serviços de terceiros	21.2	1.907	911	2.818	521	775		1.296	
Depreciação - Ativos de direito de uso			(36)	(36)		3		-	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					13	13		7	
Arrendamentos e alugueis		27	105	132				3	
Outras		250	400	650	47	57	(1.480)	(1.376)	
Total		4.323	2.222	13 6.558	1.521	1.276	(1.480)	1.317	

21.1 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal	707	643
Remuneração	312	259
Encargos	7	7
Programa de demissão voluntária		
Despesas rescisórias	551	7
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	608	273
Outros benefícios - Corrente	345	84
Outros	34	256
	2.564	1.259
Administradores		
Honorários e encargos	101	(54)
Benefícios dos administradores	187	
	288	(54)
	2.852	1.205

21.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	871	555
Serviços de manutenção	148	
Serviços de limpeza e vigilância	191	65
Serviços de informática	15	198
Serviços de publicação e publicidade	107	170
Serviços de telecomunicações	453	128
Serviços de transporte	166	
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria		107
Serviços Compartilhados	784	
Outros	83	73

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condições e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, ocupação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e
- (ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificadas como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual baseada no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas-de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam gerenciados por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha-de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias do Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco exposição	Aging cenário provável						
		Até 1 ano	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Saldo da	Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do		
		até 1 ano	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%		
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.040	254	254	62	124	(63)	(126)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	2.564	25	25	6	11	(6)	(12)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.604	279	279	68	135	(69)	(138)
Empréstimos e financiamentos - Multio	CDI	(8.824)	(1.081)	(1.081)	(268)	(536)	269	539
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(8.824)	(1.081)	(1.081)	(268)	(536)	269	539
		(4.220)	(802)	(802)	(200)	(401)	200	401

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 7,6% e 13,8% a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 12) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores	7.980				7.980	35.354
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				197	197	761
Empréstimos e financiamentos			8.824	13	8.824	7.741
Arrendamentos e aluguéis	2	5		65	85	98
Licenças Ambientais	215	483	2.757	3.449	4.685	
	8.197	488	11.588	262	20.535	48.639

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP - Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP - Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

25.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 28).

25.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	8.824	7.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.950)	(12.219)
Dívida líquida	3.874	(4.478)
Total do Patrimônio Líquido	308.503	103.486
Total do capital	312.383	99.008
Índice de alavancagem financeira - %	1,24%	-4,52%

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
				Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	7.741			1.083	8.824
Arrendamentos e aluguéis		98	(117)	13	140	134
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.1	133.000	32.000		(133.000)	32.000
Capital social	18.1	127.755	50.000		133.000	310.755
		268.594	81.883	13	1.223	351.713

	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Ajuste a valor de mercado/presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.308			433	7.741
Arrendamentos e aluguéis	315	(244)		27	98
Acionistas não controladores					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	12.755	133.000		(12.755)	133.000
Capital social	75.000	40.000		12.755	127.755
	95.378	172.756	27	433	268.594

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures, imobilizado, intangível e ativos da concessão	343	352
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências	572	369
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	359	(7.391)
Aumento de capital com integralização de AFAC	133.000	12.755
Constituição de arrendamentos e aluguéis no imobilizado	140	
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão		21.097
Total	134.414	27.182

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					6
Obrigações de compra					25
Encargos de conexão e transporte de energia	167		8		175
Materiais e serviços	19.051	4.436	210	4	23.701
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	1.081				1.081
	20.299	4.444	210	4	24.957
					132.937

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					6
Obrigações de compra					27
Encargos de conexão e transporte de energia	161		9		170
Materiais e serviços	18.392	4.709	252	6	23.559
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	1.091				1.091
	19.644	4.718	252	6	24.620
					129.176

27.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não apresenta a garantia do tipo Outros na modalidade Seguro garantia, devido a entrada em operação (RS22.727 em 31 de dezembro de 2021).

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	210.871	100.000		
Responsabilidade civil		50.000		
Seguro de vida	985	(*)	3.186	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Definição STF sobre os limites da coisa julg